

# NOTAS SOBRE A TUTELA DO DIREITO A ALIMENTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

## *NOTES ON THE PROTECTION OF THE RIGHT TO ALIMONY IN THE NEW BRAZILIAN CIVIL PROCEDURE CODE*

VENCESLAU TAVARES COSTA FILHO

Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Diretor da Escola Superior de Advocacia Professor Ruy Antunes, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pernambuco. Professor de Direito Civil da Universidade de Pernambuco – UPE. Professor do Curso de Mestrado interdisciplinar em Direitos Humanos da UFPE, e dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da UFPE. Advogado. [venceslautavares@hotmail.com.br](mailto:venceslautavares@hotmail.com.br)

Recebido em: 13.06.2016  
Aprovado em: 19.08.2016

**ÁREA DO DIREITO:** Processual; Família e Sucessões

**RESUMO:** Este artigo analisa alguns dos impactos do novo Código de Processo Civil brasileiro na proteção do direito a alimentos. Ele enfoca o dever de prestar alimentos no âmbito dos deveres de proteção do Direito de Família consistentes em prover assistência material e moral e as inovações na execução de alimentos. Finalmente, discute-se o trinômio necessidade-possibilidade-proporcionalidade e os aspectos do debate sobre a natureza jurídica da tutela provisória dos alimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Execução de alimentos – Direito de família – Novo Código de Processo Civil.

**ABSTRACT:** This paper analyses some of the impacts of the New Brazilian Civil Procedure Code on the protection of the right to alimony. It addresses the duty of paying alimony in the context of the compliance of family law's duties to provide moral and material assistance and the innovations on the alimony enforcement. Lastly, it discusses the need-possibility-proportionality trinomial and faces the debate about the juridical nature of the provisional protection of alimony.

**KEYWORDS:** Enforcement of alimony – Family law – New Brazilian Civil Procedure Code.

**SUMÁRIO:** 1. Tutela jurídica dos deveres de assistência moral e material no direito de família. 2. Peculiaridades da pretensão aos alimentos no direito de família e do cumprimento das decisões que condenam à prestação de alimentos. 3. A observância do trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade na fixação dos alimentos. 4. A tutela provisória dos alimentos é cautelar ou satisfativa?. 5. Referências.